

Ermírio de Moraes pede a Bresser uma solução para a dívida externa

por Fernando Canzian
de São Paulo

“As metas de crescimento apresentadas no plano macroeconômico do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, só poderão efetivar-se caso o governo resolva primeiro o problema da dívida externa, que é pior do que o da dívida interna, pois não depende só de boa vontade”, afirmou, na sexta-feira, o diretor-superintendente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, ao deixar a sala de Bresser Pereira no Ministério da Fazenda, em São Paulo.

Ermírio de Moraes, cujo nome não constava na agenda fornecida pela assessoria do ministro, foi ao Ministério da Fazenda para apresentar uma proposta de conversão da dívida externa em capital de risco para investimentos. Em sua conversa com Bresser Pereira, Ermírio de Moraes, disse que uma das saídas para o pagamento das contas externas do País seria o governo permitir que empresas estatais, particularmente dos setores petroquímico, siderúrgico e elétrico, emitissem ações preferenciais — “que não dão direito a voto” — em favor dos credores como parte do pagamento da dívida.

“É um modo de resolver os problemas da dívida, pois, ao mesmo tempo que se resolvem as deficiências do setores siderúrgico, elétrico e petroquímico, que são justamente aqueles que causam maior impacto na inflação, seria uma saída honrosa para o pagamento da dívida.” O diretor-superintendente do grupo Votorantim ressaltou que as empresas desses três setores “possuem um ativo imobilizado bastante grande para suportar emissões de ações em favor dos credores”, e que representam cerca de 50% da economia nacional. “O ministro ouviu a proposta, tomou nota do que eu lhe disse e já de-



Antônio Ermírio de Moraes

ve estar sabendo o que ele pensa a respeito”, avaliou.

Comentando os resultados esboçados até o momento pelo Plano Bresser, Ermírio de Moraes disse que começou a sentir os seus reflexos agora. “Os juro já começam a cair”, afirmou, lembrando, contudo, que está preocupado “com o que poderá acontecer depois do dia 12 de setembro, quando vence o congelamento.”

Quanto ao plano apresentado pelos dirigentes do setor empresarial ao presidente José Sarney, na quinta-feira — de evitar demissões e operar com lucro mínimo nos próximos seis meses, além de montar uma comissão de estudos para o saneamento do déficit público —, Ermírio de Moraes foi enfático: “Para fiscalizar um lucro mínimo nas empresas seria necessário um “senhor Conselho Interministerial de Preços (CIP), e o problema do déficit público não deve ser fácil de resolver, pois está cada vez maior”.

No que tange às demissões nas empresas, Ermírio de Moraes, disse que chegou a um acordo na Votorantim para não cortar nenhum funcionário até o final de julho, “embora seja possível manter os empregos por mais tempo, como querem os empresários. Mas não posso responder pelos outros”, finalizou.